

1 **5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 21 DE**
2 **MARÇO DE 2024.**

3 Ao vigésimo primeiro (21º) dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro (2024), às oito horas e dez minutos (8h10),
4 iniciou-se a quinta (5ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada
5 presencialmente, na Secretaria de Ação Social – Avenida Champagnat – 1750 – Centro – Franca-SP. A reunião foi
6 coordenada pela Vice-Presidente, Luciana Braga da Silva. Estiveram presentes na reunião dezoito (18) conselheiros(as),
7 sendo nove (09) da Sociedade Civil e nove (09) do Poder Público, com os(as) seguintes **Conselheiros(as) Titulares:**
8 Luciana Braga da Silva, José dos Reis Marcelino Silva, Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Marcia Tomie Nakao,
9 Roberta Pucci de Melo, Eder Furtado Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos, Christiane Hakime de Souza, Adriana
10 Aparecida Salviano Martins e Sônia Maria de Andrade Souza. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Udeni
11 Alves de Oliveira, Aline Lima Silva, Michelle Cristina da Silva Mariano, Ana Paula Moreira Costa Andrade e Rafael
12 Murari Oliveira. **Conselheiros(as) Suplentes:** Sulia das Neves Nascimento, Simone Martins Ramos e Fernanda Peixoto
13 Cintra Meneghetti. **Pela Secretaria-Executiva do CMAS** estiveram presentes: Maria Amélia Faciroli Vergara,
14 Secretária Executiva e a estagiária, Luiza Pasquarelli. Também participaram convidados da rede socioassistencial. A
15 pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: **4. ASSUNTOS: 4.1 – Apresentação da Proposta de Reprogramação**
16 **de Saldo – União – para deliberação do colegiado 4.2 – Devolutivas e propostas de encaminhamentos da Comissão de**
17 **Controle Social do PBF 4.3 – Proposta de utilização do recurso IGD PBF – 2024 – (3% para uso do conselho) 4.4 –**
18 **Orientações à rede socioassistencial sobre o Programa de Promoção e Proteção da Dignidade Menstrual 5 –**
19 **INFORMES 5.1 – Previsão de Oficina de Capacitação para conselheiros(as) - temática: Inscrição de Entidades, bem**
20 **como, de serviços, programas e projetos – prevista para Maio/2024 5.2 – Publicação da Portaria Municipal 086/2024**
21 **– nomeação do conselheiro Rafael Murari 5.3 – Recebimento de documentação de eleição de nova diretoria –**
22 **CAMINHAR 5.4 – Convite V Fórum da Mulher de Franca – dia 23 de março (sábado) – 7h30 às 12h – Uni-FACEF –**
23 **inscrições antecipadas 5.5 – Ação Comunitária – CRAS Sul – 19/04 5.6 – Ação Comunitária – CRAS Norte – 23/03**
24 **5.7 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os).** O presidente Eder iniciou a reunião cumprimentando
25 os(as) Conselheiros(as) e convidados(as) presentes e solicitou que a verificação do quórum do CMAS e a chamada
26 fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de quinze (15) conselheiros(as) titulares ou
27 suplentes na titularidade, foram apresentadas as seguintes ausências com justificativa: Lindsay Lemos Gonçalves
28 Ferreira, Marina Borges de Araújo, Daniela Junqueira Palhares, Katicilene Barsanulfa Tavares de Oliveira, Aline
29 Tatiane Silva de Assis, Alba Valéria Oliveira Ruiz, Denize Benez Ornellas Graciano, Marina Célia Scarabuci de Almeida,
30 Terezinha Vicente Silva Goulart e Leandro Ferreira. Com o quórum necessário de leitura antecipada das Atas da 2ª
31 Reunião Extraordinária (07/03/24) e da 4ª Reunião Ordinária (07/03/24), o colegiado votou a favor das mesmas serem
32 aprovadas. Dando sequência passou-se à discussão sobre os assuntos constantes na pauta, iniciando-se pelo item **4.**
33 **ASSUNTOS: 4.1 – Apresentação da Proposta de Reprogramação de Saldo – União – para deliberação do colegiado.**
34 A conselheira Jandira iniciou o assunto informando que faria a apresentação dos saldos existentes em 31 de dezembro de
35 2023 nas contas da União, bem como, a proposta de reprogramação. Em relação ao Bloco de Proteção IGD Bolsa
36 Família, apresentou o saldo de R\$389.679,25 (trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e nove reais e vinte e
37 cinco centavos), e a proposta de utilização será: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para aprimoramento e

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

38 potencialização do Cadastro Único, foi pontuado que está sendo estudado se será por licitação ou gestão compartilhada;
39 e R\$89.679,25 (oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos) será direcionado para
40 despesas fixas. Jandira disse que no Bloco de Proteção IGD SUAS restou apenas R\$460,11 (quatrocentos e sessenta
41 reais e onze centavos) de saldo, visto que não tem vindo recursos, então o saldo será para gastos com materiais de
42 expedientes e móveis. O Bloco de Proteção IGD Auxílio Brasil, restou R\$14,84 (quatorze reais e oitenta e quatro
43 centavos), e será feita a devolução desse saldo para o fundo, pois a conta desse recurso mudou e será encerrada. O Bloco
44 de Proteção CAD SUAS, contou com o saldo de R\$1.175,66 (um mil, cento e setenta e cinco reais, e sessenta e seis
45 centavos), e também será utilizado na compra de material de expediente. O Bloco de Proteção ACESSUAS conta com o
46 saldo de R\$52.016,96 (cinquenta e dois mil, dezesseis reais e noventa e seis centavos), e a proposta é utilizar em gastos
47 com oficinas, as quais já estão sendo negociadas com o SENAC. No Bloco de Proteção Social Básica, Jandira explicou
48 que o saldo está alto por conta de repasse de três parcelas no final do ano, então acabou juntando os valores, e o saldo
49 que ficou foi de R\$425.365,88 (quatrocentos e vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito
50 centavos), detalhando a aplicação da seguinte forma: R\$83.333,33 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta
51 e três centavos) para o Chamamento Público para execução de Projeto de Capacitação Continuada para equipes de
52 referência dos serviços socioassistenciais desenvolvidos pela rede governamental e não governamental; R\$82.680,00
53 (oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta reais) para a Ampliação de 20 vagas do Serviço de Convivência e Fortalecimento
54 de Vínculos para crianças e adolescentes da Região Norte; e para a Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
55 para realização Capacitação Continuada para trabalhadores do SUAS e conselheiros, será destinado R\$178.854,22 (cento
56 e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos); e o restante, sendo R\$80.498,33
57 (oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito e trinta e três centavos), será utilizado em despesas fixas. O Bloco de Proteção
58 Social Especial teve R\$457.711,17 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e onze reais e dezessete centavos) de
59 saldo, sendo dividido R\$83.333,33 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) para
60 Chamamento Público para execução de Projeto de Capacitação Continuada para equipes de referência dos serviços
61 socioassistenciais desenvolvidos pela rede governamental e não governamental; R\$18.000,00 (dezoito mil reais) para
62 Contratação de serviço de jardinagem; para a Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica para realização
63 Capacitação Continuada para trabalhadores do SUAS e Conselheiros, será destinado R\$76.651,50 (setenta e seis mil,
64 seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos); Contratação de Oficinas, R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais);
65 e para Compras de equipamentos e mobiliários para os CREAS e Centro Pop, sendo R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para
66 equipamentos e R\$79.726,00 (setenta e nove mil, setecentos e vinte e seis reais) para mobiliários. Já em relação ao Bloco
67 de Emendas Parlamentares, que contou com saldo de R\$592.266,70 (quinhentos e noventa e dois mil, duzentos e
68 sessenta e seis reais e setenta centavos), Jandira explicou que este bloco não haverá reprogramação e deverá ser
69 devolvido ao FNAS, pois de acordo com a Portaria MDS 580/2020, os recursos que foram repassados para aquisição de
70 equipamentos veículos e materiais permanentes devem ser aplicados até o fim do segundo ano subsequente ao do
71 exercício do repasse. Salientou ainda que esse valor refere-se a rendimentos, não podendo ser reprogramado. O Bloco de
72 Emenda Parlamentar ESAC, teve R\$1.812,91 (um mil, oitocentos e doze reais e noventa e um centavos) de saldo, que
73 também não poderá ser reprogramado já que o valor é proveniente de rendimentos o qual será devolvido ao FNAS.
74 Bloco Emenda Parlamentar Para Transporte SCFV, com saldo de R\$245.338,79 (duzentos e quarenta e cinco mil,

75 trezentos e trinta e oito e setenta e nove centavos), foi reprogramado e já está sendo utilizado para locação de transporte
76 para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A conselheira Sônia perguntou se a equipe que trabalha no
77 SCFV tem conhecimento desse recurso de transportes, e a Jandira respondeu que sim. O presidente Eder complementou
78 que esse recurso é especificamente para isso e o SCFV depende disso não só para eventos mas também para transporte
79 dos usuários para os serviços. O Bloco BPC na Escola teve R\$5.904,08 (cinco mil, novecentos e quatro reais e oito
80 centavos) de saldo, que foi reprogramado para aquisição de materiais de expediente. Após a apresentação de todos os
81 saldos, o conselheiro Rafael solicitou mais informações a respeito da Portaria 580, questionando se existe a possibilidade
82 de fazer algo para poder utilizar o recurso que não pode ser reprogramado. Jandira respondeu que não se sabe da
83 possibilidade de alteração já que a portaria regulamenta isso, mas que a gestão está analisando o encaminhamento de um
84 e-mail para o Fundo Nacional, uma vez que o valor a ser devolvido é muito alto. Por fim a reprogramação de saldos dos
85 recursos da União foi aprovado pelo colegiado. Aline e Rafael trouxeram informações sobre um evento do CONSEAS
86 que se tratava de prestação de contas, no qual o Secretário de Desenvolvimento Social foi convidado para trazer
87 informações e justificar sobre corte de recursos da assistência social, porém, o mesmo não participou, enviou um
88 representante, que não respondeu aos questionamentos daquele Conselho. Informaram também sobre capacitações
89 realizadas pela equipe do FNAS, sobre Gestão Orçamentária e Financeira, das quais o governo de São Paulo não aderiu,
90 porém as mesmas estão previstas de acontecer em Santos, por iniciativa de alguns municípios. Aline ficou de buscar
91 informações e socializar com o colegiado para que seja verificada a possibilidade de participação. **4.2 – Devolutivas e**
92 **propostas de encaminhamentos da Comissão de Controle Social do PBF.** A conselheira Márcia, coordenadora da
93 comissão de controle social do PBF, informou que, na semana anterior, foi realizada a reunião da comissão, na qual
94 houve momentos de estudos e reflexões sobre a importância do conselho e da comissão em relação ao controle social e
95 participação, e discutido os desafios e estratégias de como trazer a população nessa participação, principalmente na
96 Comissão de Controle Social do PBF. Foi discutido também sobre denúncias do Bolsa Família, já que em reuniões
97 anteriores já foram trazidos alguns números e dados. Pontuou que o conselho recebeu recentemente um e-mail com uma
98 denúncia acerca do benefício. Disse que a comissão solicitou as devidas informações ao CRAS da região, porém recebeu
99 a informação de que o canal que recebe este tipo de denúncias é a Secretaria de Ação Social, sendo orientada e
100 encaminhar as demandas e denúncias que chegam ao conselho, para um email indicado pela Gestão da Sedas. Marcia
101 disse ainda que também foi analisada a proposta do uso e a previsão do recurso do IGD PBF, sendo pontuado que dos
102 valores que são repassados pelo Governo Federal por meio do Bloco do IGD PBF, do montante repassado ao ano, no
103 mínimo 3% deve ser disponibilizado para as atividades do Conselho, então foi feita a proposta de utilizar esse valor em
104 materiais gráficos de divulgação do conselho, desta comissão e da rede socioassistencial, através de folders, folhetos ou
105 cartilhas e também para um banner novo do CMAS. Outra questão que foi analisada é a do saldo que está acumulado,
106 fazendo com que município receba apenas 80% do valor do recurso que deveria ser destinado a título de IGD-PBF.
107 Assim foi proposto pela comissão solicitar informações à gestão da assistência acerca do saldo em conta, porém,
108 considerando que a gestão já apresentou uma proposta de reprogramação de saldos, apresentada no item anterior da
109 pauta, essa questão foi elucidada. Disse também que foi sugerido marcar uma reunião com a Lidianne, que é coordenadora
110 do CadSUAS, em abril, em data a ser definida posteriormente. A comissão observou que a Taxa de acompanhamento da
111 saúde está baixa novamente, destacando que no ano passado, em junho estava mais de 70% (76,4%) e em dezembro

112 estava 42,8%. Essa redução atual se deu em razão da falta de apoio administrativo para a responsável pela gestão,
113 situação já discutida em outras ocasiões. Atualmente a Secretaria de Ação Social cedeu uma estagiária, porém a comissão
114 entende que a Secretaria de Saúde precisa assumir a sua responsabilidade neste acompanhamento e disponibilizar um
115 profissional administrativo de carreira. Foi questionado sobre o que exatamente esses índices da saúde e educação
116 apontam, e Márcia respondeu que é sobre frequência escolar, vacinação, acompanhamento de pré-natal, entre outros.
117 Neste sentido a comissão apresentou como proposta oficial e realizar uma reunião com a Secretária de Saúde e a Gestora
118 de Condicionais na área da saúde. Por fim, o Presidente Eder recapitulou as propostas, sendo elas, a utilização dos
119 3% do recurso para a comissão e conselho; oficial e realizar uma reunião com a Secretária de Saúde e Gestora de
120 Condicionais na área da saúde, sugerindo que este ofício siga com cópia para o gabinete do prefeito, informando
121 todas essas questões. Todas as propostas foram aprovadas pelo conselho. **4.3 – Proposta de utilização do recurso IGD**
122 **PBF – 2024 – (3% para uso do conselho).** A proposta de utilizar o recurso em materiais de divulgação do conselho, da
123 Comissão de Controle Social do PBF e da rede socioassistencial, através de folders, folhetos ou cartilhas e também para
124 um banner novo do CMAS, foi discutida junto ao assunto 4.2, e foi aprovada pelo colegiado. **4.4 – Orientações à rede**
125 **socioassistencial sobre o Programa de Promoção e Proteção da Dignidade Menstrual.** A conselheira Luciana começou
126 relatando que ela conseguiu acessar o Programa de Promoção e Proteção da Dignidade Menstrual. Disse que realizou o
127 cadastro necessário com certa dificuldade por conta da internet, imprimiu os papéis necessários e levou na farmácia junto
128 com seu documento, e ainda assim pediram o PDF do aplicativo de cadastro, e assim conseguiu os absorventes
129 disponibilizados pela farmácia. São 40 unidades de absorventes concedidas, a cada 56 dias, e a marca é escolhida pela
130 farmácia pelo que está disponível para o programa. A secretária executiva, Maria Amélia, lembrou o motivo do
131 assunto estar na pauta da reunião, pontuando que o conselho ficou em dúvida sobre os critérios, e qual a responsabilidade
132 dos CRAS e UBS com o programa, já que o e-mail com informativos sobre o programa, recebido pelo CMAS, dizia que
133 a rede socioassistencial tem essa função de orientar e apoiar as usuárias ao acesso nesse sistema. Uma questão que foi
134 trazida, era de que o CRAS encaminhava para a UBS e a UBS reencaminhava a usuária para o CRAS. Sendo assim, a
135 conselheira Sulia trouxe uma devolutiva sobre isso, dizendo que o CRAS não está mais encaminhando as usuárias para
136 as UBS, e sim orientado sobre o programa, imprimindo o passo a passo para elas e ajudando com o acesso ao aplicativo.
137 A conselheira pontuou alguns problemas, por exemplo, para realizar o cadastro é necessário que a usuária tenha a senha
138 do gov.br, e muitas vezes a usuária não tem esse acesso por não ter o documento, ou a falta de acesso à internet e até
139 mesmo ao celular. Então existe uma dificuldade grande, o que faz com que algumas usuárias até desistam de tentar
140 participar do programa. A conselheira Roberta lembrou de um evento, que acontecia em anos anteriores no Parque
141 Fernando Costa, que tinha também por objetivo levar profissionais que auxiliavam as pessoas na emissão de documentos,
142 e sugeriu que fosse pensando em realizar essa ação novamente. Também foram apresentadas dificuldades de acesso à
143 emissão de documentação, em especial para as pessoas em situação de rua. Após amplo debate, foi sugerido que as
144 conselheiras tragam dados e informações sobre o que vem impactando esse acesso à documentação. Também foi
145 solicitado que a conselheira, representante da saúde, traga dados de mulheres no município que já acessaram o Programa
146 da Dignidade Menstrual. A partir dessas informações, poderá ser enviado um ofício para a Secretaria de Justiça e
147 Cidadania, relatando esses entraves, fundamentando esses problemas com os dados necessários como o número de
148 usuários que não conseguem ter acesso ao RG, ou as mulheres que não consegue acessar ao programa e relatar todas as

questões. **5 – INFORMES 5.1 – Previsão de Oficina de Capacitação para conselheiros(as) - temática: Inscrição de Entidades, bem como, de serviços, programas e projetos – prevista para Maio/2024.** Maria Amélia informou que uma das propostas de reprogramação do recurso prevê oficina de capacitação para os conselheiros, então foi realizada uma contratação do SENAC e foi destinado ao conselho algumas horas. Lembrou que na última reunião extraordinária, a qual debatia o requerimento de inscrição de um projeto, foi observado que ainda existem muitas dúvidas nessa questão, então para temática da oficina de capacitação a proposta seria “*Orientações de Inscrição de Entidades, bem como, de serviços, programas e projetos*”. Já foi solicitado ao SENAC e tem previsão para maio de 2024. O colegiado concordou com essa temática. **5.2 – Publicação da Portaria Municipal 086/2024 – nomeação do conselheiro Rafael Murari.** Foi publicada a Portaria Municipal 086/2024 com a nomeação do conselheiro Rafael Murari em substituição a ex conselheira Ana Carolina. O colegiado acolheu o conselheiro Rafael, que agradeceu e falou da sua satisfação em retornar ao conselho. **5.3 – Recebimento de documentação de eleição de nova diretoria – CAMINHAR.** Foi recebida documentação da CAMINHAR a qual informa a eleição de nova diretoria. **5.4 – Convite V Fórum da Mulher de Franca – dia 23 de março (sábado) – 7h30 às 12h – UNI-FACEF – inscrições antecipadas.** Foi feito o convite para o evento a ser realizado pelo CMCF, o V Fórum da Mulher de Franca, que acontecerá no dia 23/03, das 7h30 às 12h, na UNI-Facef, e foi informado sobre as inscrições antecipadas que estão sendo realizadas online. **5.5 – Ação Comunitária – CRAS Sul – 19/04.** Foi informado aos conselheiros que ocorrerá no dia 19/04, da 13h às 16h, no Centro Comunitário do Aeroporto 3, a Ação Comunitária do CRAS Sul, e tem como tema a saúde mental. **5.6 – Ação Comunitária – CRAS Norte – 23/03.** Foi informado aos conselheiros que ocorrerá no dia 23/03, das 10h às 15h, na CEPEL Vila Gosuen, a Ação Comunitária do CRAS Norte. **5.7 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os).** O conselheiro Rafael agradeceu a recepção, e falou sobre ele que pretende trazer sempre um convidado diferente em toda reunião do CMAS. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e dez minutos (10h10), tendo sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Luiza Pasquarelli, estagiária administrativa, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia Facioli Vergara, a qual, uma vez lida e aprovada pelo colegiado, será anexada a lista de presença.